

# Anuario de Arqueología

2017

## *Edición Especial*



Rivero, Ariel y Leonel Cabrera Pérez (Compiladores) 2017. “**El patrimonio como transformador de los territorios**”. Recopilación de trabajos presentados al G8 de la RAM 2015. En: *Anuario de Arqueología*. (Número Extraordinario.) <http://anuarioarqueologia.fhuce.edu.uy/> Instituto de Antropología. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República. Uruguay.

[anuariodearqueologia@gmail.com](mailto:anuariodearqueologia@gmail.com)

**ISSN: 1688-8774**

**ILUSTRACIÓN DE PORTADA:** imágenes tomadas de sitios de acceso público. **Arte:** Paula Tabárez

## **EDITOR RESPONSABLE**

Leonel Cabrera Pérez

## **SECRETARÍA DE EDICIÓN**

Paula Tabárez

## **CONSEJO EDITOR**

**Jorge Baeza** – Uruguay

**Roberto Bracco** – Uruguay

**Leonel Cabrera** – Uruguay

**Carmen Curbelo** – Uruguay

**Antonio Lezama** – Uruguay

**José López Mazz** – Uruguay

## **COMITÉ CIENTÍFICO**

**Tania Andrade Lima** - Brasil

**Martín Bueno** - España.

**Primitiva Bueno** - España.

**Felipe Criado Boado** - España.

**Nora Franco** – Argentina.

**Arno A. Kern** – Brasil.

**Jorge Kulemeyer** –Argentina.

**Daniel Loponte** - Argentina

**Hugo Gabriel Nami** - Argentina

**Fernando Oliva** - Argentina

**Patrick Paillet** - Francia

**Gustavo Politis** - Argentina.

**Ana María Rocchietti** - Argentina.

**Mónica Sans** - Uruguay

**Marcela Tamagnini** - Argentina.

**Fernanda Tocchetto** - Brasil

**Andrés Troncoso** - Chile.

El contenido de los artículos es responsabilidad de los autores y no necesariamente refleja el criterio o la política editorial del Anuario de Arqueología. La reproducción parcial o total de esta obra puede hacerse previa aprobación del Editor y mención de la fuente.

El Anuario de Arqueología agradece el aporte de todos los autores que participan en esta edición.

## INDICE

Editorial.....	pág. 8
Introducción.....	pág. 12

### PATRIMONIO Y DINÁMICAS TERRITORIALES

Belli, Elena, Ricardo Slavutsky y Ariel Slavutsky

Incidencias sociales y culturales de las políticas de promoción del turismo en áreas rurales del noroeste argentino.....pág. 15

Paz, María Elisa

El Patrimonio en clave minera en Jujuy, Argentina.....pág. 35

Perilla, Mario y Diego Quintana

MOMPOX, Encrucijada entre Patrimonio de la Humanidad y territorio de los momposinos.....pág. 59

### PATRIMONIO E IDENTIDAD

González, Crispina

Patrimonio indígena: construcciones identitarias y conflictos territoriales.....pág. 80

de Castro Neves Costa, Luciana y Sidney Gonçalves Vieira

A patrimonialização da paisagem e a representação do Patrimônio Cultural brasileiro.....pág. 99

Cabrera, Janeth A.

Patrimonialización y reconocimiento étnico: experiencias etnográficas entre un grupo de músicos campesinos (Patía – Cauca – Colombia).....pág.121

Enrique, Laura Aylén

Patrimonio colonial mapeado: **reminiscencias** del pasado en las planificaciones estatales argentinas de principios del siglo XXI.....pág. 147

### **DISCUSIONES TEÓRICAS EN TORNO AL PATRIMONIO**

Acevedo, Fernando.

*Patrimonialización*. Consideraciones conceptuales, teóricas y políticas.....pág.171

Kulemeyer, Jorge

Disquisiciones en torno al lugar que destina la sociedad contemporánea al patrimonio.....pág. 191

### **EXPERIENCIAS EN TORNO AL PATRIMONIO: EDUCACIÓN Y MUSEOS**

Souza de Lima, Luzicleide, Ingridy Patricy Schaefer Pererira y Tatiana Lilia do Carmo Irineu

Do centro histórico à “Feirinha de Tambaú”: o uso dos espaços públicos na cidade de João Pessoa.....pág. 207

Macía, Valeria e Iglesias Jimena

Transferencia multimedial del conocimiento académico. El caso de la educación pública en palpalá (Provincia de Jujuy) a mediados del siglo XX.....pág.215

Portela Irene C.M

Lugares de territorializações: reflexões a partir de uma construção museal.....pág. 234.

Sotelo Moira y Silvia Soler

La divulgación científica como herramienta en los procesos de patrimonialización. La experiencia de MÁS CERCA DEL CIELO.....pág. 257

Siqueira Guedes, Luciana y Claudomilson Fernandez Braga

Cuando el patrimonio no transforma: El discurso de género en la exposición Evita.....pág. 271



## Do centro histórico à “Feirinha de Tambaú”: o uso dos espaços públicos na cidade de João Pessoa

Luzicleide Sousa de Lima<sup>71</sup>

Ingrydy Patrycy Schaefer Pereira<sup>72</sup>

Tatiana Lilia do Carmo Irineu<sup>73</sup>

João Pessoa é a terceira cidade mais antiga do Brasil, a mesma possui um centro histórico com bens de vários períodos da história da cidade, por exemplo: o barroco, o barroco de rococó e o estilo maneirista sendo tudo do século XVII. Além de uma arquitetura eclética das décadas de 1920 e 1930 (*arquitetura* em estilo art-nouveau). A mesma é preservada por um verde que atribuiu-lhe o título da segunda cidade mais verde do mundo, perdendo apenas para Paris.<sup>74</sup> Não diferente de algumas cidades brasileiras, ela “nasceu” próximo a um rio que facilitava as embarcações destinadas aos negócios. Esse nascimento ocorreu nas margens do Rio Sanhauá mas depois de alguns séculos com a urbanização a sua direção seguiu para sua orla marítima<sup>75</sup>. É nessa perspectiva que pretendo refletir sobre o uso desses dois espaços da cidade de João Pessoa onde um encontra-se no centro histórico próximo aos prédios e igrejas que pertencem ao patrimônio histórico e numa outra parte da cidade a “Feirinha de Tambaú<sup>76</sup>” composta por bares, pela praia e um aglomerado de hotéis na orla.

Entendo que ambos seguem a lógica do mercado pelos empresários e gestores públicos e por isso, a cidade de João Pessoa passa a ser atrativa no seu litoral, onde abriga redes de hotéis e turistas, tanto de outros estados quanto de outros países. Dessa forma, esse artigo busca trazer algumas discussões sobre o deslocamento de algumas festas que durante anos foram realizadas no centro histórico e agora estão sendo realizadas nas proximidades da “Feirinha de Tambaú”. Parafraseando a argumentação de Rogério Proença.

---

<sup>71</sup>UFPB ([cleclelima@gmail.com](mailto:cleclelima@gmail.com))

<sup>72</sup>UFPB ([ingrydymota@hotmail.com](mailto:ingrydymota@hotmail.com))

<sup>73</sup>UFPB ([tatiana\\_lilia@hotmail.com](mailto:tatiana_lilia@hotmail.com))

<sup>74</sup>Durante a ECO-92, a cidade de João Pessoa recebeu esse título.

<sup>75</sup>Alguns bairros da Zona Leste de João Pessoa em destaque Cabo Branco, Manaíra e Tambaú passaram a ser povoados devido a pavimentação que liga a Avenida Epitácio Pessoa aos outros bairros.

<sup>76</sup> Está localizada em frente ao hotel Tambaú. Mas era o nome dado aos bares que ficavam ao lado da mesma. Para algumas pessoas, frequentar esses bares era o mesmo que estarem na “Feirinha de Tambaú”.

Esses lugares são demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente (LEITE 2004:35).

Dessa forma, farei uma breve discussão ao relacionar ambos os espaços e a interferência da apropriação política e setor privado nas decisões para o uso dos mesmos.

### **Centro Histórico de João Pessoa, “revitalizar para usá-lo”**

Com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN em 1936 e hoje Instituto do Patrimônio Artístico Nacional - IPHAN, vários elementos que compõem a história e memória da sociedade brasileira puderam ser “preservados”. Durante a fase heroica (1937-1967) além da preservação o mesmo tinha a finalidade de assegurar a importância da educação na Preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido o patrimônio tornou-se importante para a formação e fomento da identidade cultural, além de incrementar o turismo. Em um primeiro momento, a criação desse projeto se deu com a preocupação do aspecto material da cultura.

Segundo Fonseca (2005) o tema preservação para esse projeto era tratado de forma abrangente por contemplar os bens de forma isoladamente e em conjunto. O anteprojeto de 1936 e os preceitos da Carta de Veneza de 1964 não tiveram oposição na prática dos tombamentos, a prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira, justificada pelo processo de urbanização que se acelerava e da comercialização dos bens imobiliários. Além de ter intelectuais modernistas à frente do projeto com posturas inovadoras. Ainda para Fonseca (1997), as noções de patrimônio se articulam sobre duas categorias: a de tempo (história) ligado a tradição e a de espaço (arte) fruição *inpraesentia*. Nesse contexto, os valores artísticos e históricos são os valores atribuídos aos bens patrimoniais. Para essa autora, a noção de patrimônio se insere para reforçar a ideia de cidadania, torna visível e real o significado de nação e também constrói o mito que dá sentido a origem da mesma. Sob esses aspectos, os patrimônios em diversos países passam a ser vistos com maior interesse por serem importantes para a composição de uma nação. Por isso, diversas cidades que tiveram participação na história de seus países “tombam” suas edificações. Pois, é um ato que relembra um passado que faz conexão com a arte e a partir desse contexto contam a história de um povo. Nesse sentido, podemos citar a cidade de João Pessoa que além de sua participação na história do Brasil contém lugares que produzem

identidades como é o caso da sua “feirinha de Tambaú”. Pois, não devemos nos ater apenas aos “edifícios” antigos com mais de 100 anos para serem considerados como legítimos lugares dignos para ser um patrimônio. Nesse sentido, as experiências vividas são responsáveis pela construção da sociabilidade seja de uma rua, ou de uma praça como espaço de vida pública.

No ano de 1982 o DECRETO N.º 9.484 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba-IPHAEP criou o centro histórico da cidade de João Pessoa, que delimitou toda a área, identificando as ruas que pertencem ao mesmo. Desde as décadas de 1980 até os anos de 2000, foram feitas algumas revitalizações que passaram pelos diversos gestores públicos. De algum modo, as intervenções que já ocorreram no centro histórico de João Pessoa tiveram apenas a preocupação de promover o turismo. Com a efemeridade das gestões pode acontecer resultados bons ou ruins para as pessoas que ocupam ou moram próximas a esses espaços.

Com tais revitalizações houve uma maior visibilidade para esta área. A preservação dos imóveis deve fazer parte do cotidiano das pessoas e não apenas devem ser utilizados para certas funções, ditas culturais. De qualquer forma se a intenção é por um lado assemelhar a imagem de João Pessoa às grandes cidades de acordo com o poderio econômico e político há uma tendência também de estimular os usos dessas áreas através de programações culturais. Nesse sentido, podemos citar a Fundação de cultura de João Pessoa (FUNJOPE) que visa fomentar a participação dos cidadãos a terem o acesso à cultura na sua diversidade. Essa instituição com a prefeitura promove uma vasta programação cultural<sup>77</sup> nas praças Vidal de Negreira popularmente conhecida como Ponto de Cem Réis e a Praça Barão de Rio Branco”. Pois, são várias as formas de entretenimento que as pessoas procuram nesses locais. O projeto do “sabadinho bom” vem sendo realizado há quatro anos na Praça Rio Branco com apresentação de grupos de choro e de samba nas tardes dos sábados. Próximo a essa praça, após e durante essas apresentações de “chorinho” há também atividades musicais que ocorrem no “Beco cultural Philipéia”, em frente à Cachaçaria Philipéia geralmente com apresentação de artistas locais e da cultura popular. Além disso, essa praça abriga as pessoas nos seus bancos debaixo de suas árvores para se refugiarem do sol e também é um ponto de passagem pelos trabalhadores que por lá cotidianamente transitam.

De acordo com Arantes “a experiência do espaço é sempre socialmente construído” (ARANTES 2000:37). As ruas do centro histórico e o ponto de Cem Réis há alguns anos

---

<sup>77</sup>A Funjope promove a realização de eventos também nas praças dos bairros da cidade de João Pessoa.

mantêm a tradição de ser o palco de vários eventos: festividades juninas, a festa da padroeira da cidade, projeto seis e meia e o desfile dos blocos da “Folia de rua” no carnaval. A ocupação desses espaços por meio dos eventos citados, ganha uma imensa valorização, pois compromete desde a venda de produtos pelos ambulantes até o interesse do setor imobiliário<sup>78</sup> que visa uma melhor forma para realização de seus negócios. Porém, as realizações desses projetos culturais com o uso do patrimônio cultural produzem resultados imprecisos, pois nem sempre conseguem melhorar as condições de vida das pessoas que de lá fazem uso ou que moram nessas áreas desvalorizadas da cidade. Como podemos perceber, o patrimônio cultural fortalece o espaço público por se transformar em um espaço de sociabilidade. É nessa perspectiva que a participação do setor privado não serve apenas para assegurar a continuidade de investimentos, mas, para “vender o patrimônio histórico como mercadoria” (LEITE 2004:71).

Com o sentido de “voltar ao passado” e “dar a vida” a esses locais “esquecidos” ocorrem as políticas de Gentrification, que segundo Rogério Leite (2004) associa a tradição, o consumo e o patrimônio por desmembrarem o espaço público. Isso é uma maneira de (re) localizar a estética do passado para dialogar com os produtos da globalização e do consumo no presente.

No ano de 2014 a festa junina o “São João Pra Valer” foi realizado nas areias da praia de Tambaú, ao lado do Busto de Tamandaré. Essa festa como nas edições anteriores, deveria ter sido realizada no Ponto de Cem Réis. Mas, devido à falta de estrutura no local, segundo a Funjope e a prefeitura municipal de João Pessoa decidiram realocá-la para as areias da praia de Tambaú. Apesar de o Ministério Público entrar com uma ação proibindo a realização da mesma “por contrariar com a tradição e provocar danos ao meio ambiente” o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) negou o recurso e decidiu que a mesma poderia ser realizada nas areias da praia de Tambaú. Outra festa que há dois anos acontece em direção para a orla da capital paraibana é o Bloco do carnaval da Folia de rua “Picolé de Manga”. Após 21 anos saindo do bairro Cordão Encarnado no centro de João Pessoa, o mesmo passou a fazer o percurso dos blocos de Folia de Rua: Muriçocas do Miramar e Virgens de Tambaú<sup>79</sup>. De uma

---

<sup>78</sup>De acordo com uma nota do site G1 em novembro de 2014, a prefeitura estava abrindo inscrições para o “Projeto Moradoro no Centro Histórico”, uma iniciativa financiada pela Caixa Econômica Federal para habitar alguns casarões que se encontram em total abandono. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-abre-inscricoes-para-projeto-moradouro-no-centro-historico/> Acesso em março de 2015.

<sup>79</sup>A concentração do bloco das Muriçocas do Miramar começa na praça de mesmo nome do bloco com destino a Avenida Eptácio Pessoa que percorre até a praia de Tambaú (Busto de Tamandaré). Já as Virgens de Tambaú e, agora o Picolé de manga, concentram-se na Avenida Eptácio Pessoa com destino também a praia de Tambaú.

maneira ou de outra, essas festas promovem uma melhor receptividade para os turistas. E nesse contexto, a rede hoteleira e os empresários locais passam a ser os mais beneficiados.

### **A “Feirinha de Tambaú” e o recinto de Hippies**

Na década de 1980 começaram a ser construídos bares na praia de Tambaú os mais procurados eram os localizados na frente do hotel Tropical Tambaú<sup>80</sup> ao lado das lojas de artesanato<sup>81</sup>. Durante o dia e principalmente à noite, esses bares, eram frequentados por adeptos da MPB, Rock e pelo público underground<sup>82</sup>. Os mesmos comportavam uma grande clientela nos finais de semana, apesar de receberem algumas reclamações pela falta de banheiros que obrigavam os clientes a utilizarem os “mijódromos<sup>83</sup>”. Mesmo assim, por ser um local de divertimento barato, as pessoas não deixavam de frequentá-lo nos finais de semana.

Dentro desse meio, havia muitos hippies que vendiam os seus artesanatos (colares, pulseiras e etc.) com a intenção de comprar bebida alcoólica ou fazer algum tipo de refeição. Por isso, antes da reforma esse local era conhecido como o “recinto dos hippies”, devido a quantidade de hippies que por lá perambulavam. Ainda hoje há hippies nas proximidades da “feirinha de Tambaú”, mas não como antes que frequentavam os antigos bares que hoje passaram a ser a praça de alimentação.

No ano de 2008 o prefeito da cidade deu início a reforma desse local construindo uma praça de alimentação que acabou com os bares<sup>84</sup>. Desde a data dessa reforma que a prefeitura vem reivindicando a retirada dos hippies da orla marítima. No início desse ano, os hippies acampados próximos ao muro do hotel Tambaú foram retirados de suas barracas de acampamento. As autoridades competentes justificaram a retirada deles por significarem “uma agressão ao patrimônio público e por denegrirem a imagem do turismo da cidade”. Além disso, foram acusados de estarem consumindo drogas no local e por sujarem as areias da praia com as suas necessidades fisiológicas.

---

<sup>80</sup> Hotel construído nas areias da praia de Tambaú na década de 1970. É considerado como um dos símbolos e cartões postais da cidade de João Pessoa.

<sup>81</sup> As pessoas chamavam essas lojas de Feirinha (de Tambaú).

<sup>82</sup> Expressão usada para designar um ambiente cultural que foge dos padrões culturais midiáticos.

<sup>83</sup> Locais escuros, próximos aos bares, que serviam como banheiros.

<sup>84</sup> Com a extinção dos bares foram construídas lanchonetes uma ao lado da outra semelhante as praças de alimentação dos shoppings centers. Essa semelhança corresponde não só a estrutura física mas aos preços dos lanches também.

Para as autoridades e também para os moradores mais próximos desse local, tanto a antiga “feirinha” quanto os hippies representavam uma “desorganização” do espaço público. Por isso, para os gestores públicos a reforma teve por finalidade promover uma “higienização social” e assim garantir uma melhor segurança para os frequentadores do local. Mas de algum modo, produziu também “uma paisagem de poder” (LEITE 2004:64). Com essa “limpeza” aumentou o valor “do metro quadrado” para o setor imobiliário. Por não usufruírem de propriedade privada e ocuparem o espaço público de maneira “desordenada”, os hippies passaram a uma condição de “não-pessoa”(ARANTES NETO 2000) por não serem considerados como cidadãos e por isso perdem a garantia de todos os direitos civis, políticos e sociais, pois não possuem “uma localização social legítima e identificável”, assim como argumenta Arantes Neto ser considerado como “uma pessoa” é necessário:

Pertencer a uma classe, grupo, categoria ou nação é possuir uma localização no mapa social, ou seja, ter uma posição social reconhecida como legítima e situar-se num espaço físico compartilhado (ARANTES NETO 2000:133).

Dessa forma, faltou o direito de ir e vir para os hippies pois o local que ocupavam é público e eles tem o direito de utilizá-lo. Mas, nem todos os direitos são efetivos para a maioria das pessoas. O fato dos hippies optarem por morar nas ruas retiram-lhes o direito de ser “cidadãos”. Numa sociedade globalizada, observa-se que o direito a diferença não é levado em conta.

Próximo ao lado do hotel Tambaú também foram demolidos dois bares muito frequentados cujos nomes: Barraca do Pau Duro e a Barraca do Pau Mole. Ambos eram “tradicionais” e encontravam-se também nas areias da praia de Tambaú, mas o Ministério Público Estadual resolveu demoli-los para “devolver o espaço público do Patrimônio da União, ocupado de forma irregular, à população da capital<sup>85</sup>”. Segundo algumas pessoas, tanto esses bares nas areias da praia de Tambaú quanto os da feirinha eram frequentados por inúmeras prostitutas.

Sem muitos questionamentos, ao contrário, o hotel Tambaú está localizado numa grande parte das areias da praia de mesmo nome (que é pública) desrespeitando o direito de ir e vir de muitas pessoas. Mas nesse caso, não há problemas por parte do setor público, pois, esse empreendimento privado possui um grande poder aquisitivo. E já foi até considerado como um cartão postal da cidade. Nesse sentido, o que ocorre, é uma apropriação privada do espaço público.

---

<sup>85</sup>Ver referência eletrônica.

Devido a valorização imobiliária esta área teve um aumento da verticalização. Para os gestores públicos, as revitalizações são necessárias para melhor receber os turistas vindos de outros estados e até de outros países.

### **Considerações finais**

Ao retirar as pessoas do centro da cidade para a orla, os gestores responsáveis esquecem que o favorecimento não está sendo dado a maior parte da população que depende do transporte público. Pois, os bairros populares encontram-se mais próximos do terminal de integração da cidade que justamente está no centro da cidade. Nesse sentido, satisfazem apenas a vontade dos empresários, donos de restaurantes e hotéis da orla. De fato, essas comemorações já entram na programação turística dos hotéis e, assim, promovem uma relação direta entre a alta temporada e as festas da cidade. Além disso, os gestores públicos relocam as festividades para “a orla” por insistirem que a mesma é acessível para todos.

Nesse texto, não há uma pretensão de defender a retórica da “perda”, pois, essas manifestações são dinâmicas e não são obrigadas a permanecerem no mesmo local desde suas fundações. Apenas, percebo que o poder privado junto com o poder público está se apropriando do espaço público para se promoverem. É o caso de revitalizarem o centro e atraírem as pessoas para festas e depois ao perceberem que na orla há uma proposta melhor, passam apropriar-se da mesma. Ocorre o mesmo que uma “diáspora” ao fato de relocarem as festividades de um local para outro e com um grande problema: não há um diálogo com a população. Ou seja, os critérios são analisados e resolvidos apenas entre os gestores.

Além da questão do local para realização das festividades, há também uma nítida apropriação dos empresários na estrutura física do espaço. Na folia de rua, por exemplo, o carnaval que deveria ser uma festa popular, carrega uma ambiguidade, pois, passou a ter uma parte “privada” quando nos referimos aos camarotes alocados nas calçadas<sup>86</sup>. Então se questiona como pode ser considerada uma festa de rua (pública) se proíbe a participação de algumas pessoas? Pois, sem ter um “status social” cabível, algumas pessoas não podem desfrutar. É notável a manipulação do poder público junto com o setor privado ao se apropriarem desses espaços que deveriam ser “públicos”.

---

<sup>86</sup>Durante os festivos carnavalescos desse ano, uma senhora foi atropelada e morta porque as calçadas estavam ocupadas por barraquinhas e camarotes. Com essa obstrução das calçadas muitas pessoas tiveram que dividir as ruas com os automóveis.

## Referências citadas

ARANTES NETO, Antônio

2000 *As paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. Unicamp.

FONSECA, M. Cecília Londres

1997 *O patrimônio em processo*. RJ: Edufrj/Minc/IPHAN.

LEITE, Rogério Proença.

2004 *Contra usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed.Unicamp.

## Referência eletrônica

<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-abre-inscricoes-para-projeto-moradouro-no-centro-historico/> Acesso em março de 2015

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=retirada+dos+hippies+da+praia+de+tambau> Acesso em março de 2015

<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20140613192049&cat=paraiba&keys=ministerio-publico-contrafesta-junina-orla-joao-pessoa> Acesso em março de 2015

[www.clickpb.com.br/.../pmjp-manda-demolir-barracas-tradicional-de-joaopessoa](http://www.clickpb.com.br/.../pmjp-manda-demolir-barracas-tradicional-de-joaopessoa) Acesso em março de 2015